



Mídia e clima político no Brasil: os discursos de ódio no pré-impeachment de Dilma Rousseff

Luciana Silvestre Girelli¹

RESUMO

O artigo parte da análise das “Cartas dos Leitores” do jornal O Globo para compreender os discursos de ódio e intolerância que marcaram o período anterior ao impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Palavras-Chave: Discursos de ódio, Mídia, Impeachment, Dilma Rousseff, Corrupção.

Recebido em 27/07/2018
Aceito para publicação em 20/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.22893>

Introdução

Neste artigo, evidencio os discursos de ódio produzidos na conjuntura brasileira, com destaque para as narrativas relacionadas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a então presidente Dilma Rousseff, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à política brasileira de modo geral, no período anterior ao afastamento da presidente de seu cargo pela Câmara dos Deputados, ocorrido em 17 abril de 2016.

Para isso, analiso a seção de “Cartas dos Leitores” do jornal O Globo durante os seis meses que antecederam o impeachment da presidente Dilma, sempre nas edições de domingo, uma vez que se tratava do dia da semana de maior público-leitor. Foram selecionadas 24 edições do jornal, que veicularam 395 cartas e e-mails de leitores durante esse período. Para efeitos de análise, 224 cartas foram utilizadas na pesquisa, quantitativo cujo conteúdo esteve diretamente relacionado à temática em questão.

¹ Bacharela em Ciências Sociais (UFES) e Comunicação Social (UFES); e Mestre em Política Social (UFES). Email: lucianasgirelli@gmail.com.

Busco compreender de que maneira foi construído o discurso de ódio no Brasil, bem como suas bases estruturais, históricas e conjunturais, que possibilitaram sua emergência no momento recortado por este estudo. Por meio da criação de categorias de análise de modo indutivo - isto é, a leitura das cartas precedeu a seleção das categorias, mas foram as palavras e ideias mais recorrentes que me permitiram elegê-las, tento identificar a construção de sentidos das narrativas feitas pelas “Cartas dos Leitores” do jornal O Globo durante o pré-impeachment de Dilma Rousseff.

A mídia, o clima político e os discursos de ódio no Brasil

Para compreender a maneira pela qual os discursos de ódio foram amplificados na conjuntura recente do Brasil, faz-se necessário analisar o papel da mídia na configuração do clima político do país e, mais especificamente, sua atuação no período que precedeu o *impeachment* da presidente Dilma.

A preocupação com a gestão da imagem e com o clima político nas sociedades atuais se intensificou mediante a atuação dos meios de comunicação de massa. Embora a política seja praticada de muitos modos e por meio de diversos instrumentos, a esfera da comunicação é predominante na formação das imagens e opiniões públicas políticas que interferem diretamente nos governos e nas eleições. É por essa via que a maioria da população tem acesso às informações sobre a vida política:

[...] a esfera da comunicação controla praticamente todo o provimento de informação e comunicação de interesse político e praticamente todo o fluxo de mensagens da esfera política em direção à esfera civil, constituindo-se fundamentalmente na única janela para a realidade política para a maioria dos cidadãos (GOMES, 2004, p.16).

No Brasil, segundo Lima (2015), a atuação midiática em relação à política e aos políticos tem sido marcada por sua incisiva desqualificação, o que é considerado por ele o novo elemento dessa conjuntura. “É no contexto dessa cultura política que as gerações pós-ditadura têm sido socializadas e formadas, mesmo não sendo usuárias diretas da velha mídia” (LIMA, 2015, p.99-100). Essa forma de agir traz inúmeras consequências às outras instituições democráticas, como afirma a seguir:

Ao agirem dessa forma, também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. Em resumo, trabalham contra a própria democracia em nome da qual se apresentam publicamente e que dizem defender (LIMA, 2015, p. 101).

O interesse nesse tipo de desqualificação, na visão de Lima, advém da necessidade dos meios de comunicação em se legitimarem como mediadores entre a população e o espaço público, bem como se constituírem na única instituição com crédito para fazer esse tipo de mediação.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se constitui como a principal janela por meio da qual os cidadãos têm acesso aos acontecimentos políticos, a mídia atua, muitas vezes, de forma a desqualificá-los, o que pode ser verificado na abordagem midiática ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde o episódio do “mensalão”², em 2005, até o desfecho do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Na visão de Lima (2015), embora não seja uma novidade o viés direitista do oligopólio midiático brasileiro, o fato mais relevante na construção da hegemonia política dos últimos anos foi a formação, pela mídia, de uma linguagem nova, seletiva e específica, que passou a ser reproduzida pela maioria dos brasileiros, mediante a qual passaram a se referir tanto aos réus da ação penal n.470 - “mensalão”- como, mais recentemente, da “Operação Lava Jato”, sobretudo, se ligados ao PT. Segundo Lima,

Nos últimos anos, “mensalão” passou a ser “um esquema de corrupção” e tornou-se “mensalão do PT”, enquanto situações idênticas e anteriores, raramente mencionadas, foram identificadas pela geografia e não pelo partido político (“mensalão mineiro”). Como resultado foi se construindo sistematicamente uma associação generalizada, seletiva e deliberada entre corrupção e os governos Lula e o PT, ou melhor, seus filiados e/ou simpatizantes (LIMA, 2015, p. 109).

² Nome atribuído pela mídia aos casos de pagamento de propina feito a parlamentares para a aprovação de projetos durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em uma analogia, o autor afirma que as palavras “petistas” e “mensaleiros” mencionadas pela mídia passaram a equivaler a “comunistas”, “subversivos” e “terroristas” no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). As primeiras palavras mencionadas passaram a designar inimigos públicos e a ser sinônimos de corruptos e desonestos.

Uma análise que complementa essa perspectiva é a de Biroli (2017), que afirma que a crise e o golpe contra Dilma Rousseff são apresentados de forma bastante homogênea pelos meios de comunicação:

Os temas predominantes são a corrupção e a crise econômica. A falta de sustentação e a incapacidade política de Rousseff para manter o apoio no Congresso foram apresentadas como um subtexto do segundo tema; teríamos um governo fraco para superar a crise (econômica) na direção presumida largamente, nos mesmos veículos, como a correta (BIROLI, 2017, p. 31).

Em sua perspectiva, um fator central que culminou na crise política de 2016 foi o intenso fluxo de informações e notícias sobre a “Operação Lava-Jato” apresentado pela mídia desde 2014. Os investigadores dessa operação passaram a figurar nos veículos de comunicação como aqueles que revelaram a verdadeira face da política brasileira.

A cientista política elenca alguns possíveis motivos que podem explicar, em termos conjunturais, o papel da mídia na crise e no golpe de 2016. Um deles foi que a atuação dos grandes grupos midiáticos, desde a crise do “mensalão”, organizou-se em torno de denúncias de corrupção com foco no PT e em favor de determinados candidatos e grupos, mas a estratégia “foi frustrada pelas urnas, ao menos no que se refere às eleições presidenciais recentes – 2006, 2010, 2014” (BIROLI, 2017, p. 32).

Com a vitória de Rousseff nas eleições de 2014, acentuou-se, então, um segundo discurso, o de que ela era incapaz de superar a crise econômica pela qual passava o país. “Pouco a pouco, os discursos passam a ser de normalização da exceção, isto é, de justificção para a interrupção do governo eleito e/ou para a deposição de Dilma Rousseff [...]” (BIROLI, 2017, p. 33).

Como conclusão de sua análise, a autora afirma que a hegemonia da grande mídia continua na atualidade. No entanto, o cenário político conta também com o advento das redes sociais na conformação do ambiente da crise e do golpe:

[...] a hegemonia da mídia empresarial permanece. Ela foi, sem dúvida, fundamental na conformação do ambiente político da crise e do golpe. O ambiente das redes é relevante para se compreender os novos padrões dos conflitos e controvérsias. Permite articulações e recursos expressivos que incidem sobre o ambiente político, ao menos potencialmente, mas não é um universo paralelo no qual a trinca (mídia-política-capital) não incidiria. Longe disso. É esse o quadro complexo que nos desafia (BIROLI, 2017, p. 34).

Para tratar da disseminação do discurso de ódio a partir das redes sociais e sua importância para a conformação do clima político no período analisado, é preciso compreender o que significa esse discurso e como ele tem se disseminado pela internet e mais especificamente pelas redes sociais.

Meyer-pflug e Leite (2016) caracterizam o discurso do ódio como a manifestação de ideias que incitam a discriminação racial, social e religiosa em relação a determinados grupos, que são desprezados por possuírem características comuns. Essas expressões de ódio ferem a dignidade humana na medida em que diminuem a autoestima das pessoas atingidas. Nas redes sociais, esse discurso ganha relevância devido à velocidade de disseminação das informações.

No período analisado por essa pesquisa, o PT e suas principais lideranças, Lula e Dilma, bem como grupos de esquerda, movimentos sociais e de direitos humanos, estiveram entre os principais alvos do ódio disseminado nas redes.

Conforme Silveira (2015), a desconstrução da prática e do pensamento de esquerda nas redes sociais se dá pelos seguintes tipos de conteúdos para os memes³: *“[...] as forças de esquerda trouxeram a corrupção como prática de governo; [...] a esquerda faz políticas para beneficiar pobres que não querem trabalhar; [...] os direitos humanos são para os criminosos continuarem impunes” (SILVEIRA, 2015, p. 224).* Como os partidos de esquerda, em geral, deixaram de priorizar um trabalho de conscientização em torno de suas pautas, como a luta pela igualdade e equidade entre os cidadãos e cidadãs para uma vida mais digna, essas falas do senso comum passaram a se generalizar no espaço das redes.

³ *Meme* é uma expressão usada para apresentar um conceito de imagem, vídeos, gifs e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet.

Após as eleições de 2014, na qual Dilma Rousseff foi vencedora, as lideranças de direita passaram a mobilizar pessoas a partir de um discurso que ia do neoliberalismo no plano econômico a uma intolerância política extrema, que reivindicava até mesmo a intervenção militar. A reflexão final de Silveira contribui para a compreensão dos acontecimentos que viriam acontecer ao longo de 2015 e 2016 e que culminaram no afastamento de Dilma Rousseff:

[...] as redes permitiram que uma direita mais conservadora, pouco expressiva no próprio parlamento e na mídia tradicional, mas com forte capacidade de mobilizar o senso comum e expressões de ódio e preconceito, reunisse pessoas dispersas e avançasse na articulação de adeptos. A atividade é a essência da mobilização em rede (SILVEIRA, 2015, 229).

Dessa forma, tendo em vista o papel da mídia como principal janela de acesso aos acontecimentos políticos pelos cidadãos; a maneira como tem atuado na desqualificação da política e dos políticos, com destaque para o Partido dos Trabalhadores mais recentemente; e a criação de uma linguagem seletiva e específica que associou a corrupção ao PT e a culpa da crise econômica à gestão da presidente Dilma Rousseff, tem-se elementos importantes para a compreensão do papel da mídia na conformação do clima político no país no período estudado. A polarização política e discursos de ódio que marcaram o período anterior à destituição de Dilma Rousseff também contaram com a contribuição das redes sociais para sua disseminação, tornando ainda mais complexo o cenário político em questão.

Estudo de caso: o ódio na seção de cartas dos leitores de O Globo

Como mencionado, este estudo analisou os discursos de ódio contidos na seção das cartas dos leitores do jornal *O Globo* nos seis meses que antecederam o *impeachment* de Dilma Rousseff. A escolha desse veículo ocorreu por ele ser o 2º maior jornal impresso do país em termos de circulação, conforme dados da Associação Nacional de Jornal (ANJ). Segundo informações do próprio periódico, *O Globo* possui 1.281.000 leitores e circula de segunda a domingo. Nos dias úteis, são produzidos 142.449 exemplares e aos domingos, 186.590, o que justifica, ainda, a escolha pela análise das cartas justamente nesse dia da semana.

Eleger o jornal *O Globo* também se deve ao fato de ele ser um produto representativo do maior conglomerado de mídia do Brasil, as organizações

Globo. Segundo Cabral (2015), a Rede Globo é o principal grupo de mídia nacional, atingindo o país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e geradoras.

Entendi, por isso, que a opção por um dos produtos do maior conglomerado de mídia do país fosse representativo para a realização desta pesquisa. Defini especificamente a seção “Cartas dos Leitores” porque ela agrega, ao mesmo tempo, o discurso de uma classe média brasileira, que é leitora do jornal, e a priorização do próprio veículo sobre os conteúdos dessas cartas, uma vez que os trechos publicados são selecionados e editados conforme a linha editorial do periódico.

É interessante conhecer o perfil dos leitores de *O Globo* a fim de traçar um perfil dos autores das cartas que foram analisadas. Segundo o próprio jornal, em termos de classe social, 15% dos leitores são da classe A, 50% da B, 28% da C e 6% da classe D e E. Em termos de escolaridade, 39% possuem ensino superior completo, ao passo que 22% possuem ensino médio e 14% ensino fundamental.

Em termos de gênero, 52% dos leitores são do sexo masculino e 48% do feminino. A faixa etária é bem distribuída, sendo a maioria (20%) de leitores acima de 60 anos, 19% ficam na faixa etária entre 30 e 39 anos, 18% entre 20 e 29 anos, 16% entre 40 e 49 anos e 12% entre 10 e 19 anos de idade.

Tendo em vista esses dados, percebeu-se que os leitores das cartas são, em sua maioria, da classe média e alta, com elevado grau de escolaridade, sendo mais de 50% com idade acima de 30 anos e do sexo masculino.

No que se refere aos autores das cartas, em termos de gênero, dos 224 participantes, 185 são homens e 39 são mulheres, o que indica o percentual de 82,58% de autores do sexo masculino e 17,41% do sexo feminino. Em termos de localização, considerando o universo de 208 participantes sobre os quais se têm essa informação, a supremacia do local de origem é o Estado do Rio de Janeiro, a sede do Jornal, com 177 autores (85,09%), seguido de São Paulo, com 22 (10,57%); Minas Gerais com 5 (2,4%); Distrito Federal com 3 (1,44%) e Espírito Santo com 1 (0,48%) leitor.

Em termos representativos, pode-se afirmar que o perfil majoritário do autor das cartas analisadas é o homem carioca. Se considerarmos o perfil socioeconômico dos leitores do jornal, agrega-se a informação de que este indivíduo pertence, possivelmente, às classes A e B, que somadas representam 65% dos assinantes do periódico.

Em termos metodológicos, a seleção das 224 cartas dos leitores do universo total de 395 ocorreu a partir da leitura atenta desse material. Foi feita uma triagem inicial dos conteúdos relacionados ao tema nacional em pauta e descartadas, por exemplo, cartas sobre a situação específica do Estado do Rio de Janeiro, que relatavam a situação de obras inacabadas, violência, cobrança de taxas e impostos; ou aquelas cujos temas não se relacionavam de forma direta nem indireta com a situação política do país.

A partir dessa triagem, as cartas cujos temas e conteúdos se repetiam foram agrupadas em blocos e chegou-se a um total de quatro categorias de análise, a saber: 1. Dilma; 2. Lula; 3. Lulopetismo; e 4. Crise. Para cada uma dessas categorias, buscou-se extrair o conteúdo de ódio nelas contido bem como sua relação com aspectos históricos e estruturais da sociedade brasileira.

a. Categoria Dilma: o ódio às mulheres

Das 224 cartas, 49 foram incluídas nessa categoria, o que indica o percentual de 21,87% do total das cartas analisadas. Dos assinantes das publicações dessa categoria, 41 (87,2%) são homens e 8 (12,8%) são mulheres, o que já é algo a se ponderar. Em termos de localização, 89,36% são do Rio de Janeiro e 10,63% de São Paulo.

A categoria Dilma reúne as cartas de leitores que destacaram a figura pública de Dilma Rousseff como mulher e como presidente do Brasil. O conteúdo das cartas apresenta julgamentos sobre seu perfil pessoal, sua imagem pública e sua forma de conduta no governo. As publicações também englobam os conteúdos que falam sobre as medidas tomadas durante os seus mandatos presidenciais, como programas e ações, aumento de impostos e reações diante do seu processo de *impeachment*.

De uma forma geral, as cartas que tratam de Dilma focam na desqualificação do seu perfil público sugerindo debilidades de cunho pessoal, como se ela não fosse suficientemente competente para ocupar o cargo de presidente da República para o qual foi eleita, de modo que sua vitória eleitoral tende a ser subestimada ou ignorada como um valor *per si* de autoridade para o exercício do cargo. Ressaltam-se os textos que indicam que ela veio a perder o controle do governo e o comando do país, sendo, por conseguinte, responsabilizada pela crise nacional e pelo “excesso de gastos”. Os leitores

exibem o descontentamento com o governo e alguns exigem seu encerramento antes do fim do mandato, sem qualquer referência a algum fundamento jurídico.

Além do registro recorrente acerca da incompetência de Dilma Rousseff, diversas cartas sugerem que a situação de caos no Brasil se deve ao perfil da ex-presidente. Há carta que diz diretamente que ela deve ser “retirada” do cargo. A maioria dos leitores, em tese informados, não discute a gravidade de se “interromper” um mandato presidencial, ao justificar que a “ruptura” se deu antes com os atos de corrupção denunciados.

Muitos leitores, provavelmente os que não votaram nela, afirmam que ela é fraca, incapaz, inerte e até mesmo “burra”. Em algumas cartas, Dilma é acusada de “fora do eixo”, desconectada da situação do país, sendo apenas uma figura decorativa ou pupila de Lula.

Nota-se ainda o crescimento da ironia e do sarcasmo ao se mencionar suas ações de governo, sendo que algumas cartas chegam a citá-la como uma “vergonha para as mulheres” no que tange à gestão administrativa.

Percebe-se, nas cartas, que a imagem de Dilma associada à mulher frágil e incompetente conflita, em certa medida, com a imagem de mulher “durona”, “autoritária” e “mão de ferro”, características masculinas atribuídas a ela pela mídia em diversos momentos de seus governos. Nota-se, dessa forma, que conforme o clima político do país, sua imagem ora foi vista como “histórica, mal amada e embrutecida”, ora como “frágil, descontrolada e inerte”.

Segundo Rago (2001), o estereótipo das feministas como mulheres amarguradas, sem perspectivas e dessexualizadas ou lésbicas é de longa data. Essa foi a imagem que se sobrepôs no imaginário social e ainda persiste nos dias de hoje: a da feminista feia, masculinizada, infeliz e rejeitada sexualmente pelo homem.

É necessário buscar explicações sobre os motivos que fizeram essas perspectivas misóginas serem tão amplamente aceitas ao longo dos séculos, ao passo que as diversas conquistas com vistas à emancipação feminina, como os direitos civis, políticos, econômicos e sexuais, não se apresentam de forma tão evidenciada no imaginário social quando se trata de enaltecer a luta feminista.

Para Rago, desde a instalação da República no Brasil e do início da industrialização até o final do século XIX, a maior parte dos formadores de opinião do país – jornalistas, juristas, ativistas políticos, médicos, escritores – reagiram de forma negativa a tudo que pudesse desestabilizar as relações históricas entre homens e mulheres, fundadas na divisão sexual do trabalho.

No campo científico, destacou-se o papel dos médicos na redefinição da sexualidade feminina ao atribuir a suas características anatômicas supostos limites físicos, intelectuais e morais para sua integração à vida pública. A legitimação do discurso científico sobre a incapacidade feminina de pensamento e discernimento foi um fator que contribuiu para excluir as mulheres do campo da esfera pública no país por longo tempo:

Nesse sentido, o saber médico informou uma série de práticas autoritárias e misóginas, que permitiram justificar objetivamente a exclusão das mulheres de inúmeras atividades políticas, econômicas e sociais, para não dizer das sexuais, estigmatizando aquelas que, como as feministas, se colocaram na contramão. Ao mesmo tempo, propôs alternativas para um reajustamento das relações de gênero, mantendo inalteradas as formas da dominação masculina (RAGO, 2001, p. 63).

É curioso ressaltar que até pouco tempo atrás a “mulher pública” era sinônimo daquela cujo corpo era vendido para o prazer de todos os homens, a prostituta; enquanto “homem público” dizia respeito àquele que se destacava nos debates políticos de seu tempo e os influenciava. O lugar “natural” das mulheres era o interior das casas, em geral cercada de muros altos, para não serem vistas pelos passantes. As mulheres que circulavam pelas ruas eram as escravas, criadas e prostitutas. Aos poucos, a sociedade criou a cisão entre “mulheres de bem” e “mulheres da vida”. Toda mulher, de qualquer classe social, com ambições de se afirmar para além da doméstica e de seu papel de submissão diante do homem, recebia o escárnio social e era moralmente desclassificada:

É preciso levar em conta a tradição política autoritária e clientelista de nosso país, onde nunca se formou uma clara noção de esfera pública moderna e de direitos do cidadão. Aqui, as mulheres sempre foram vistas como muito mais irracionais do que os homens pobres, porque foram consideradas como muito mais sensuais e sexualizadas do que as dos países de tradição puritana (RAGO, 2001, p. 64).

Portanto, as cartas a respeito da presidente evidenciam a misoginia, ou seja, o ódio às mulheres, típico de uma sociedade machista e patriarcal como a brasileira. A presença de Dilma Rousseff na esfera política, por meio da ocupação do cargo mais alto do poder executivo no país, mobilizou posições e sentimentos conservadores em relação à ocupação dos espaços públicos pelas

mulheres. Por ocasião do processo de *impeachment*, essas questões vieram à tona, sendo um componente fundamental para a construção do discurso de ódio evidenciado no período anterior à sua saída da presidência.

b. Categoria Lula: o ódio ao popular

Das 224 cartas, 33 foram inseridas na categoria Lula, totalizando o percentual de 14,73% do total das cartas analisadas. Dos leitores que enviaram essas mensagens, 25 (75,7%) são homens e 8 (24,2%) são mulheres. Em termos de localização, 90,62% são do Rio de Janeiro, 6,25% de São Paulo e 3,12% de Minas Gerais.

Essa categoria engloba as cartas dos leitores cuja temática é a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, seja como liderança política, seja como ex-presidente da República. Seu envolvimento nos casos de corrupção investigados pela operação Lava-Jato é fortemente citado, bem como seu comportamento diante dessas investigações. De maneira geral, o ex-presidente é muito criticado e ressalta-se seu processo de degradação moral, numa perspectiva de desconstrução de sua imagem de forte liderança popular.

Em diversas passagens, Lula aparece como inimputável, acima da lei e do “bem e do mal”. É mencionado como corrupto, acusado de enriquecimento ilícito e visto como imoral, mentiroso e baderneiro, dando a entender que é uma pessoa que insufla os ânimos da população e dos movimentos sociais, o que, por sua vez, seria algo ruim. Nas cartas, percebe-se o desprezo pelo modo de Lula se comunicar com seu eleitorado e suas menções à possível solidariedade com a economia de países na África como uma falha. Ao fim, acusa-se Lula de um poder sobre as massas, de incitá-las a algo como uma “revolução”.

Entretanto, o carisma e a liderança do ex-presidente são dignos de reconhecimento, em que pese como um atributo depreciativo, ou por enganar as pessoas ou porque seria uma estratégia do PT para se manter no poder. Em diversas passagens, constrói-se uma polarização entre cidadãos de bem e o político Lula, entendido como “mal”. São os cidadãos de bem aqueles que enxergariam a farsa do carisma (e do caráter) de Lula.

O ódio a Lula pode ser explicado, entre outras questões, pelo ódio aos pobres, conceitualmente denominado de aporofobia, sobretudo nas sociedades ocidentais. Segundo Navarro (2002), o termo aporofobia vem das palavras gregas *áporos*, que significa pobre, escasso de recursos, sem alternativas, e *fobia*, medo, e tem sido um conceito que serve para nomear um sentimento ainda

difuso de “*rejeição ao pobre, ao desamparado, ao que precisa de alternativas, ao que carece de meios e recursos*” (NAVARRO, 2002, p. 17, tradução nossa)⁴. Esse sentimento e atitude de medo e rejeição em relação aos mais necessitados são adquiridos socialmente a partir da difusão dos discursos que vinculam pessoas com poucos recursos financeiros à delinquência e a uma suposta ameaça à estabilidade e à ordem.

O que alimenta a aporofobia é a visão preconceituosa de que os pobres são culpados pela miséria que os atinge. Navarro explica que, embora possa haver, em alguns casos, alguma responsabilidade por parte do indivíduo para se chegar a uma situação de pobreza, na maioria das vezes, as causas são totalmente alheias à vontade dessas pessoas.

O autor afirma ser a aporofobia um componente importante para o surgimento de regimes totalitários e de ódio. Ele diz que não há empobrecimento maior a que se possa submeter alguém do que excluí-lo do mundo dos vivos e que a aporofobia mais perigosa é aquela que cogita eliminar do convívio social todos que são considerados um estorvo para os poderosos. Assim, “*Os totalitarismos de todos os tipos são profundamente aporófobos. E as atitudes aporófobas são um ingrediente necessário aos totalitarismos*” (NAVARRO, 2002, p. 20, tradução nossa)⁵.

Não é à toa que durante as manifestações a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff muitos manifestantes colocavam-se, de modo muito enfático, contrários a diversos programas de inclusão social, entre eles, o Bolsa Família, por ser considerado uma forma de “sustentar vagabundos”. Andrade (2008) afirma que esses programas de inclusão dos pobres, como o Fome Zero e o Bolsa Família, sempre foram recebidos com dúvidas e ironias pela mídia, empresários e até mesmo intelectuais. Diz ainda que os políticos de oposição trataram essas iniciativas como “*mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetição ou equívoco*” (ANDRADE, 2008, p. 135)⁶.

Dessa forma, a aporofobia é uma das chaves explicativas para compreender o ódio aos governos petistas no que tange à implantação de programas de inclusão social. Detidamente, em relação à reiteração do ódio a

⁴ “rechazo al pobre, al desamparado, al que carece de salidas, al que carece de medios o de recursos”.

⁵ “los totalitarismos de todo signo son profundamente aporófobos. Y las actitudes aporófobas son un ingrediente necesario en los totalitarismos”.

⁶ “mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetición o equívoco”.

Lula, uma primeira explicação, relacionada à aporofobia, é justamente o perfil do ex-presidente:

[...] deve-se lembrar de que o presidente Lula é o primeiro chefe de Estado no Brasil que não tem educação superior, talvez um dos poucos na história recente dos grandes países. Lula é filho da pobreza. Foi operário, sindicalista e depois deputado. Ele tentou chegar à presidência por 16 anos e só conseguiu na quarta tentativa depois de muitas mudanças em sua própria imagem, que agora é mais serena, conciliadora e não tão militante como antes. Sua trajetória é muito diferente da dos outros presidentes que o Brasil já teve (ANDRADE, 2008, p. 136, tradução nossa).⁷

O perfil do ex-presidente acirrou o ódio das velhas elites brasileiras, que por sua vez influenciaram amplos setores da classe média e até mesmo segmentos mais populares. Poderia-se pensar que sua trajetória de superação o elevaria à condição de um baluarte da meritocracia; mas, para os que alimentavam o ódio a Lula, seu êxito não era fruto de seu trabalho nem de seus talentos, mas de algo como “oportunismo”, numa condenação prévia a toda organização sindical. O fato de não ter a educação formal completa era mais um fato para as elites descredenciá-lo, o que foi acompanhado, muitas vezes, por membros da classe trabalhadora que confirmavam o discurso dos patrões.

Nesse contexto, a mídia brasileira sempre atuou no sentido de criticar Lula em seus governos. Para Anderson (2011), sua popularidade significou uma perda de poder desse segmento, que tradicionalmente sempre teve papel determinante na escolha dos candidatos à presidência do país. “O relacionamento direto de Lula com as massas interrompeu esse ciclo, minando o papel da mídia na formação do cenário político. Pela primeira vez, um governante não dependia dos proprietários da mídia, daí o rancor da parte deles” (ANDERSON, 2011, p. 36-37).

Outro fator explicativo para o ódio direcionado a Lula pelas classes médias tradicionais do país ligava-se à perda de *status* desta – mais do que de

⁷ “hay que recordar que el presidente Lula es el primer jefe de Estado em Brasil que no tiene estudios superiores, quizás uno de los pocos en la historia reciente de los grandes países. Lula es hijo de la pobreza. Fue operario, sindicalista y después diputado. Ha intentado llegar a la presidencia durante 16 años y sólo ha logrado en la cuarta tentativa después de muchos cambios en su propia imagen, que ahora es más serena, conciliadora y no tan militante como antes. Su trayectoria es muy distinta a la de los otros presidentes que tuvo Brasil”.

poder efetivo, o qual a classe média nunca teve. Anderson explica de forma muito clara a origem da construção desse ódio ao ex-presidente:

Não apenas o presidente era agora um ex-operário sem instrução, cuja gramática surrada já era lendária, mas sob seu governo empregadas domésticas, porteiros e trabalhadores braçais, de fato, praticamente toda extração da ralé, estavam agora adquirindo bens de consumo até então privilégio dos instruídos, e mesmo adquirindo orgulho em seu dia a dia. Para boa parte da classe média, tudo isso os irritava profundamente: a ascensão de sindicalistas e funcionários significava que eles estavam sendo rebaixados (ANDERSON, 2011, p. 37).

Assim, a construção do ódio ao Lula está muito vinculada ao ódio ao popular no Brasil, seja por sua origem de retirante nordestino, seja pelas medidas adotadas em relação aos segmentos excluídos da sociedade durante seus governos. O relacionamento direto de Lula com os pobres no Brasil, independentemente da mediação dos grandes conglomerados midiáticos, é um fator que parece incomodar fortemente os setores médios no país, assim como sua trajetória como operário e sindicalista.

c. Categoria Lulopetismo: o ódio às esquerdas

Das 224 cartas, 37 constam nessa categoria, o que indica o percentual de 16,51% do total das cartas analisadas. Dos autores, 31 (83,78%) são homens e 6 (16,21%) são mulheres. Em relação à localização, 75% são do Rio de Janeiro, 16,6% de São Paulo, 5,5% de Brasília e 2,7% de Minas Gerais.

Essa categoria reúne cartas dos leitores que se referem às ações de Dilma, Lula e ainda do PT como o mesmo grupo político que esteve à frente da presidência do país por mais de uma década, ou seja, fazem menção a um mesmo tipo de prática política vinculada a governos mais progressistas. Além disso, envolve citações a outros governos populares latino-americanos. Pode-se afirmar, de forma geral, que essa categoria aborda a atuação de grupos de centro-esquerda.

Em geral, aponta-se que os governos petistas quebraram o país e são responsáveis pela crise econômica e política. Cita-se o excesso de gastos públicos, o fato de o governo gastar mais do que poderia, o aumento de impostos

e o “roubo” das estatais, com destaque para a Petrobrás. A experiência dos governos do PT é vista como uma “aventura sem rumo”, sem responsabilidades ou compromissos com o país.

Nas cartas, o PT é vinculado a governos socialistas ou “pseudosocialistas” e a países como a China e a Venezuela, compreendidos pelos leitores de *O Globo* como ditaduras. Logo, há uma associação entre regimes considerados socialistas ou comunistas e regimes autoritários, categoria na qual supostamente o PT se enquadraria.

Por fim, as cartas dessa categoria demonstram a associação inquestionável entre o PT e a corrupção. O partido é unilateralmente culpado pela descrença ou desmoralização política no país, como se a “reserva moral” tão propalada pela esquerda finalmente tivesse se esgotado. Assim como se verificou nas cartas especificamente sobre Dilma ou sobre Lula, o PT chega ao ponto de ser tratado como uma organização criminosa, formada de mafiosos e bandidos.

Ab’Sáber (2015) faz uma relação entre o antipetismo e o anticomunismo no Brasil contemporâneo. Em sua visão, com o realinhamento do grande capital contra o governo de Dilma Rousseff, setores médios conservadores, antipetistas por tradição e anticomunistas pela natureza retrógrada brasileira, deixaram de expressar no âmbito privado seus ressentimentos contra o relativo sucesso dos governos petistas e passaram a publicizá-los na medida em que as falhas da gestão petista ganhavam o conhecimento público.

Esse autor afirma que a antiga ideia do “perigo comunista” estava vigente de uma forma importante no Brasil e, em parte, sequer imaginada com tanta força pelos setores progressistas, sendo pano de fundo das ações de rua dos setores médios e classes altas no país recentemente. Essa mesma justificativa do anticomunismo havia sido responsável pela instauração de duas ditaduras no país durante o século XX e várias em países latino-americanos, sendo retomada quando algum governo no continente almejou a realização de medidas de benefício popular. Ab’Sáber explica de maneira bem clara o uso do recurso discursivo anticomunista:

[...] o anticomunismo sobrevive magicamente no Brasil de hoje como uma espécie de imagem de desejo, para a grande simplificação interessada da política que ele de fato realiza. Ele mantém o discurso político em um polo muito tenso e extremo de negatividade à qualquer realização democrática ou popular de governo; ou

melhor, ele é contra qualquer realização que desvie a posse imaginária do Estado de seus senhores, imaginários, de direito (AB'SÁBER, 2015, p. 37).

Sendo assim, o antipetismo seria um velho anticomunismo “disfarçado”. O ódio contra o PT remonta à velha tradição autoritária e oligárquica brasileira. O autor ainda reforça que durante todos os governos petistas a mídia fez questão de reproduzir ideias do senso comum, com linguagem agressiva, sobre um possível comunismo desses governos, ainda que a inserção das massas populares no mercado de consumo e de trabalho, um dos principais legados petistas, seja uma realização pró-mercado, capitalista. “*O anticomunismo é estratégia extremada – ancorado no arcaico liberalismo conservador brasileiro, com fumos de fidalguia, as famosas raízes do Brasil, de origem ibérica e escravocrata*” (AB'SÁBER, 2015, p. 37). Eis umas das razões para que o ódio seja evidenciado não apenas nas figuras de Dilma e de Lula, mas também do próprio PT.

d. Categoria Crise: o ódio a medidas progressistas travestido de discurso moralista de combate à corrupção

Essa é a categoria com o maior número de cartas. Das 224, 105 (46,87%) estão enquadradas nessa divisão. Dos leitores que enviaram essas mensagens, 83,8% são homens e 16,2% são mulheres. Em termos de localização, 84,94% são do Rio de Janeiro, 9,67% de São Paulo, 3,22% de Minas Gerais, 1,07% de Brasília e 1,07% do Espírito Santo.

Nessa categoria, englobam-se as cartas que abordam a crise brasileira, que é dividida em duas vertentes: a crise econômica e a crise política. A crise econômica é retratada pelas menções ao desemprego, problemas na saúde, educação e segurança, aumento de impostos e da inflação, entre outros problemas sociais. Citam-se os entraves enfrentados pelas empresas e indústrias, atribuem-se as causas da crise ao excesso de gastos públicos e evidenciam-se a inoperância e incompetência do Estado em lidar com a situação. Algumas cartas ainda sugerem uma solução “externa” aos problemas do país, como se aqui não houvesse quadros competentes para solucionar os dilemas nacionais, o que traz novamente à tona o “complexo de vira-latas” que faz com quem o Brasil seja descrito da forma mais pessimista.

A crise política, por sua vez, é entendida como uma crise moral e ética, causada pela corrupção deslavada que assola o Brasil. Nota-se um descrédito profundo na política e nos políticos. A política deixa de ser um lugar para “cidadãos de bem” e passa a ser um espaço de bandidos e corruptos, perspectiva que cria um hiato entre a população e os espaços democráticos de decisão.

Por fim, nota-se que há uma revolta contra a impunidade existente em relação à corrupção no país e um desejo de identificação e penalização dos culpados. Clamam-se por medidas moralizadoras, identificadas na atuação do poder judiciário, reconhecido por características como seriedade, honestidade, ação corajosa e independente, sobretudo quando se refere à “Operação Lava-Jato” e ao juiz Sérgio Moro. A esperança de dias melhores é deslocada para essa esfera de poder.

De acordo com Souza (2016), a origem do discurso de demonização do Estado e de sacralização do mercado parte do mito nacional do “homem cordial”, que se enxerga como avesso às instituições e à cidadania, e teria criado, contudo, o Estado Brasileiro em antagonismo às normas “virtuosas” do mercado baseadas na livre competição, na igualdade de oportunidades e no mérito. Os intérpretes da brasilidade, segundo Souza (2016), tal como Sérgio Buarque de Holanda, reforçaram o complexo brasileiro de “vira-latas”, que perdura até hoje, ao enaltecer as instituições democráticas nos países centrais e ao subestimar a república brasileira como, contraditoriamente, personalista e inexoravelmente corrupta. Ao direcionar para a esfera pública essa representação, nota-se que o Estado patrimonial seria, portanto, uma singularidade brasileira, baseado em favores e benefícios pessoais, símbolo de seu eterno atraso. No entanto, ao transferir para o Estado o reduto da corrupção, a elite financeira do país consegue encobrir suas estratégias de concentração da riqueza:

Ao conseguir inculcar na sociedade que corrupção é apenas aquilo que o funcionário do Estado faz, os donos do mercado podem cometer abusos legais e ilegais de todo tipo sem que nem a legalidade nem, muito menos, a legitimidade de seus atos seja posta em xeque. Esse é o real poder atrás da infantilização proposital da sociedade como um todo pelo engodo da manipulação do mote corrupção (SOUZA, 2016, p. 113).

Dessa forma, a “elite do dinheiro” consegue não apenas legitimar sua própria atividade como também criar um discurso político-social que possibilita silenciar o que não pode ser visto, a saber, a concentração de riqueza no país nas mãos dos capitalistas, sócios minoritários da globalização financeira

internacional que impõem as “regras do jogo”. As denúncias de corrupção com foco no Estado também podem vir aliadas a propostas de privatização como forma de sanar o problema, fato que, na opinião desse autor, consiste na corrupção real e verdadeira, mas que não é percebida como tal.

Essa descrença no papel do Estado, corrompo por “natureza”, atravessa a história do país e no episódio de *impeachment* da presidente Dilma aparece novamente, mas por meio da chamada “fulanização” da corrupção, com alvos específicos e direcionados - Dilma, Lula e o PT -, como se apenas eles fossem a personificação mais vívida da corrupção nacional. Porém, em acordo com a análise de Souza (2016), o verdadeiro ataque realizado pelo conglomerado midiático era à política de inclusão das classes populares protagonizadas pelos citados governos. “*O combate seletivo à corrupção pela imprensa e seus aliados no aparelho do Estado foi mero pretexto para combater uma política redistributiva*” (SOUZA, 2016, p. 85).

É preciso ainda entender o motivo pelo qual o discurso moralista de combate à corrupção no Brasil foi amplamente ecoado e sustentado pelas classes médias conservadoras, com forte apelo midiático. Souza afirma que durante os governos petistas houve um dinamismo na economia como um todo, o que tornou possível e visível o compartilhamento de espaços sociais entre setores populares ascendentes, antes denegados, e a classe média tradicional, fato que teria irritado esse último setor. Foi nesse cenário que a “linha do moralismo” foi construída, como uma forma de produzir solidariedade interna entre os privilegiados e permitir formas legítimas de preconceito e racismo de classe. Souza assim elucida:

A linha do moralismo é a linha divisória imaginária que separa aqueles que se percebem como superiores, posto que se escandalizam com a corrupção política partidária e estatal, daqueles que não se sensibilizam com esse tema. O sentimento de superioridade é construído pela suposta posse de uma sensibilidade moral que apenas setores educados da classe média possuiriam. Seria, portanto, a falta de educação e de inteligência dos setores populares que os teria levado, por exemplo, a continuar votando no PT, mesmo depois do Mensalão (SOUZA, 2016, p. 83).

Sendo assim, o grande divisor de águas entre quem era ou não culto e informado passou a ser a menor ou maior sensibilidade para o tema da corrupção no Estado. A classe média passou a fazer da luta anticorrupção sua grande

bandeira, uma vez que esse passou a ser um elemento de distinção social em relação às classes populares.

Considerações finais

O ódio evidenciado pelas cartas de *O Globo* foi direcionado a figuras públicas, como Dilma e Lula; a partidos políticos, como o PT; ao conjunto dos políticos brasileiros, seja do poder executivo e legislativo; e ao Estado brasileiro, compreendido como o grande reduto da corrupção nacional, sobretudo sob a gestão de governos petistas, considerados os grandes responsáveis pela crise econômica e degradação moral da política brasileira.

A partir do referencial teórico utilizado verificou-se que as origens desse ódio possuem raízes mais profundas, históricas e estruturais. A intolerância identificada nas cartas relacionou-se a diversos elementos, tais como: questões de poder e hierarquia entre os gêneros, com destaque para o preconceito contra as mulheres, sobretudo em sua ocupação dos espaços públicos; preconceito contra os pobres e necessidade de distanciamento da elite nacional brasileira e dos setores médios em relação às classes populares, na tentativa de manter o fosso de desigualdade social existente historicamente no país; e manutenção do poder econômico da elite nacional, que busca perpetuar a concentração da riqueza sob a adoção de estratégias discursivas de convencimento contra o Estado ou governos que adotam medidas que beneficiam setores populares.

Referências

- AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos estudos**, São Paulo, edição 91, v. 30, n. 3, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-91/>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- ANDRADE, Marcelo. ¿Qué es la “aporofobia”? Un análisis conceptual sobre prejuicios, estereotipos y discriminación hacia los pobres. **Agenda Social**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 3, p.117-139, out./dez. 2008.
- BIROLI, Flávia. A mídia, a crise e o golpe. **Revista Dialética**, Salvador, v. 8, ano 7, p. 30-34, mar. 2017. Disponível em: <http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2017/03/revista_dialetica_vol8.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: Concentração das

Comunicações e Telecomunicações. **Revista Eptic**, Sergipe, v. 17, n. 3, p. 16-28, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/4298/pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

GOMES, Wilson. Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa. In: COMPÓS, 13., 2004. São Bernardo do Campo, SP. *Anais...* São Bernardo do Campo. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91-113.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; LEITE, Flavia Piva Almeida. As redes sociais e o discurso de ódio. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI: Direitos e garantias fundamentais II, 5., 2016. Montevidéu, Uruguai. *Anais...* Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/v2zhni84/j3920kPxz16qcJS1.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

NAVARRO, Emilio Martínez. Aporofobia. In: Jesús Conill (Coord.): **Glosario para una sociedad intercultural**. Valencia, Bancaja, 2002, p. 17-23.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.15, n. 3, p. 58-66, jul./set. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009>. Acesso em: 11 set. 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

Media and political situation in Brasil: hate speeches in Dilma Rousseff pré-impeachment process

ABSTRACT

The article begins with the analysis of the "Letters from Readers" newspaper *O Globo* to understand the discourses of hatred and intolerance that marked the period before the impeachment of President Dilma Rousseff.

Keywords: Hate speeches, Media, Impeachment, Dilma Rousseff, Corruption.